

Brasília e o problema urbano

O professor José Carlos de Figueiredo Ferraz, que alia a seus conhecimentos acadêmicos a experiência adquirida quando prefeito de São Paulo, chegou a Brasília, a convite do governador José Aparecido de Oliveira. Ele vem ajudar a equacionar um dos problemas mais agudos do Distrito Federal e do Brasil, o da urbanização populacional, vertiginosa e desordenada. Sob sua coordenação, deverá ser organizado e realizado em setembro, na capital do País, um seminário nacional, com observadores internacionais, sobre a situação dos grandes centros urbanos.

O assunto é familiar ao prof. Figueiredo Ferraz. Quando ele ficou à frente do governo paulistano, inverteu o slogan ufanista, de que São Paulo não podia parar, para proclamar que a cidade precisava parar de crescer. Hoje em dia, em várias partes do mundo, efetuam-se congressos para debater o tema das megálopoles. O fenômeno é, sem dúvida, mais grave nos países subdesenvolvidos, mas preocupa também nações ricas, como o Japão — que tem o segundo ou o terceiro Produto Interno Bruto, após os Estados Unidos, e rivalizando com a União Soviética.

Anos atrás, sob o governo de Massayoshi Hira, falou-se na elaboração de um plano para transferir, mediante vários tipos de atrativos, parte das populações dos grandes para os pequenos centros urbanos. Acontece que um terço dos habitantes de Tóquio, por exemplo, não dispõe de saneamento básico.

No caso brasileiro, a questão assume tons dramáticos devido à espantosa rapidez com que a população brasileira, que ainda em 1940 se dividia entre 70% no campo e 30% nas cidades, chegou a 1980 com essa proporção trocada: 30% no campo e 70% nas cidades. O professor da Unicamp, Wilson Cano, em seu livro "Desequilíbrios Regionais e Concentração industrial no Brasil" (1930-1970), aponta como causas principais dos fluxos migratórios a miséria e a perversa estrutura fundiária nas regiões periféricas, a que se adicionam as secas no nordeste, como as de 1951/53, 1958, 1966 e 1970, e a intensificação tecnológica da agricultura, que reduz a necessidade de mão-de-obra.

Sucedendo ainda que o atual sistema tributário, que entrou em vigor em 1967, reservou a parte do leão para o governo central, que arrecada dez de um total de catorze impostos, deixando apenas dois para os Estados e dois para os municípios, isto é, o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e o Imposto Sobre Serviços (ISS). Desse modo, os governantes municipais dispõem de recursos insuficientes para ampliar a prestação de serviços aos novos moradores, sobretudo quando chegam em grandes quantidades e sem aviso prévio.

Nesse sentido, Brasília é bem um exemplo e dos mais clamorosos. Criada para sede dos Três Poderes e das representações diplomáticas estrangeiras, mas também como pólo indutor de desenvolvimento do centro-oeste e de integração nacional, a nova Capital deveria ter uma população estimada em 500 mil habitantes até o ano 2.000. Mas o caudal migratório foi tão poderoso que poucos anos depois da fundação, a taxa anual de crescimento demográfico elevava-se a quase 15%. Resultado é

que, hoje em dia, o Distrito Federal abriga mais de um milhão e seiscentos mil moradores.

Quando o deputado José Aparecido assumiu o governo, há um ano, defrontou-se com uma série de problemas que à distância são difíceis de imaginar e que constituem um retrato em miniatura do país. Apenas 25% da população habitam na área central, no chamado Plano Piloto, onde a renda per capita é sete vezes superior à de algumas cidades-satélites, onde residem os restantes 75%. O déficit de moradias é estimado em cem mil unidades. O desemprego atingindo mais de 60 mil trabalhadores. O lago Paranoá está poluído pelo lançamento de esgotos brutos. O atendimento médico-hospitalar, o ensino, a segurança pública, tudo defasado. E, segundo projeções da ONU, daqui a 14 anos, na curva do século, a população do Distrito Federal estará na casa dos quatro milhões de habitantes.

Essa perspectiva aumentou as preocupações do governador, que então se recordou do encontro, há meses, com o primeiro-ministro da China, Zhao Ziyang. Na visita a Brasília, ele ouviu do governador as providências que vinha adotando para enfrentar esses problemas, sorriu e proferiu um paradoxo: "Quanto mais êxito o senhor tiver na busca de solução para esses problemas, mais eles se agravam". Era a experiência chinesa, mas era também a experiência brasileira. Mal havia distribuído cinco mil lotes para habitantes de favelas, aqui denominadas "invasões", construir casas, em regime de mutirão, soube que eles estavam chamando parentes e amigos do nordeste para virem receber terras de graça na Capital.

Em encontro com o ministro do Desenvolvimento Urbano, Deni Schwartz, Aparecido defendeu a tese de que Brasília não pode salvar-se sozinho nem por si mesma. Necessita da vigorosa ajuda federal, não tanto no repasse de recursos para melhorar a prestação de serviços públicos, mas para desenvolver a região geoeconômica de Brasília, constituída por 80 municípios goianos e 13 mineiros. Esses municípios, com uma área de 237.254 km², uma vez dotados de meios econômicos para absorver a mão-de-obra migrante e de serviços públicos para atender ao aumento da população, poderão servir de barreiras naturais ao fluxo migratório na direção do Distrito Federal.

Evidentemente, essa contenção é apenas parcial, porque a solução só pode ser de âmbito nacional, segundo a tese do governador do Distrito Federal, encampada pelo ministro do Desenvolvimento e pelo reitor da Universidade de Brasília, professor Cristóvam Burke, sob a égide dos três é que se realizará o Seminário sobre Problemas Urbanos.

Oswaldo Peralva é jornalista e membro do Conselho Editorial da Folha de S. Paulo
